

923, 102 dez 81

Mineiros pedem veto à extensão da usucapião às terras particulares

Belo Horizonte — O veto presidencial à extensão da usucapião especial às terras particulares foi defendido ontem pela Federação da Agricultura de Minas, em telex ao general João Figueiredo. Para o presidente da entidade, deputado federal Edilson Lamartine Mendes, sua aprovação estabelecerá o caos fundiário no país, “porque fere o princípio do direito de propriedade, pedra angular do regime capitalista brasileiro”.

Na sua primeira entrevista como presidente da Faemg, Lamartine Mendes anunciou também sua intenção de promover amplo diálogo da confederação Nacional da Agricultura com a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura e a Igreja, “em busca de formas de evitar a tensão no campo e impedir um futuro confronto de classes no campo devido aos problemas de terras e trabalhistas nas áreas rurais.

O presidente da Faemg considera inoportuno o projeto da usucapião aprovado pelo Congresso Nacional, afirmando que a política fundiária “não pode ser tratada por instrumentos isolados, que ferem, inclusive, o Estatuto da Terra”. Disse que, com o Estatuto da Terra, o governo “dispõe de meios para regularizar todos os problemas de tensão social e má utilização da terra.

A verdadeira reforma agrária está sendo feita através do Imposto Territorial Rural, com a taxaço das terras ociosas, o que se pode verificar pelo grande número de propriedades à venda no país”.

Lamartine Mendes disse que o veto presidencial da extensão da usucapião especial às terras particulares é fundamental, para não frustrar expectativas de novas áreas agropecuárias, “nas quais vão acabar os sistemas tradicionais de parceria e meia, na exploração da terra, os proprietários evitarão estes sistemas, para impedir que moradores de suas propriedades forjem um quadro de posse. A consequência será o agravamento do problema dos bóias-frias, pois ninguém vai querer trabalhadores morando em suas propriedades”.

O novo presidente da Faemg afirmou ainda que sua meta básica na entidade será a busca de “formas para evitar a tensão no campo”, através de discussões que permitam a reforma da Previdência Rural e do Estatuto dos Trabalhadores Rurais. Disse que proporá à Federação dos Trabalhadores na Agricultura e à Contag a discussão do problema de prescrição dos direitos trabalhistas, que considera o principal responsável pela ampliação do êxodo rural.

Também defende a participação da Igreja neste diálogo, que incluirá o debate dos problemas de terras, afirmando que procurará inicialmente os bispos mineiros e depois a CNBB, “numa tentativa de evitar um confronto futuro de classe no país”. Considera a Igreja “uma grande interlocutora, pois fala em nome dos oprimidos, numa atividade legítima”, mas lembra que “alguns de seus representantes estão assumindo posição contra o empresário rural, onde os problemas fundiários crescem”.

Lamartine Mendes acrescenta que “a Igreja tem sido, tradicionalmente, conciliadora e estará de espírito desarmado, para estudar a problemática rural, sem acusações e retaliações”. pretende que também a Confederação Nacional da Agricultura participe deste amplo diálogo que está propondo, “pois é previsto preservar o direito de propriedade, senão teremos o caos no país”.

Deputado defende o veto presidencial

Brasília — Mais um apelo ao presidente Figueiredo para que vete o dispositivo do projeto da usucapião especial que se estende à propriedade privada, foi feito ontem na Câmara pelo deputado Cardoso de Almeida (PDS-SP).

O parlamentar paulista, que muito lutou no Congresso para evitar a aprovação da matéria — afinal aprovada por apenas um voto além do mínimo regimentalmente exigido — assinalou que “o efeito da nova lei, se sancionada sem esse veto, será de tal ordem que atingirá a própria indústria nacional”.

Segundo Cardoso de Almeida, o desânimo que se abaterá sobre os pequenos, médios e grandes empresários, que não mais haverão de querer correr o risco de desbravar novas áreas, “se refletirá na queda de venda de tratores, implementos agrícolas, arame, ferramentas, etc”.

“Peço ao SNI — concluiu — que investigue com urgência o pavor e a desconfiança que já estão reinando entre os proprietários rurais, seus meeiros, seus arrendatários e até mesmo entre os proprietários e seus empregados mais velhos, porque se morrem estes, suas famílias, que habitam há mais de cinco anos as mesmas terras, poderão tentar conquistá-las por meio de usucapião especial. Será mais uma fonte de conflitos”.